

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES DE COURA



ACTA N.º 04/2012 (Mandato 2009/13)

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 22 DE SETEMBRO DE 2012

CONTÉM 17 PÁGINAS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 04/2012 DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 22 DE SETEMBRO DE 2012 INICIADA ÀS 09,30 HORAS E CONCLUÍDA ÀS 16,50 HORAS.

Sumário

Páginas

= ABERTURA =	3
= PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA =	4
= ATA DA SESSÃO ANTERIOR =	4
= APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES =	4
= INTERVENÇÕES POLITICAS DOS GRUPOS MUNICIPAIS =	4
ORDEM DO DIA =	6
= APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICIPIO =	6
= LANÇAMENTO DE DERRAMA =	7
= PARTICIPAÇÃO NO IRS =	9
= IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS =	9
= PLANO DE LIQUIDAÇÃO DE PAGAMENTOS EM ATRASO =	9
= LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS =	10
= REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA =	11
= INTERVENÇÃO DO PÚBLICO =	17
= ENCERRAMENTO =	17



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= ABERTURA =

----- No dia vinte e dois do mês de setembro do ano de dois mil e doze, no Salão Nobre dos Paços do Município, sob a presidência de José Augusto de Brito Pacheco secretariado por Luisa Maria da Costa Gomes de Castro e por Perfeita Barreiro de Araújo Esteves, primeira e segunda secretária respectivamente, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea b), nº 1, do artigo 54º e do nº 1 do artigo 49º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 14 de setembro, convocada pelo edital do dia dez do mês de setembro do ano de dois mil e doze. -----

-----Registou-se a falta de Maria Eugénia Guedes Soares Sousa (PPD/PSD); de Olímpio António Fernandes Caldas (PPD/PSD) e de Moisés Barbosa Vaz Loureiro (PS), que, nos termos legais, procederam à respetiva justificação. -----

-----Registou-se a presença dos seguintes membros: José Augusto de Brito Pacheco (PS); Décio Brandão Guerreiro (PPD/PSD); Rosalina Maria Barbosa Martins (PS); João Manuel da Cunha (PPD/PSD); Luísa Maria da Costa Gomes de Castro (PS); Eduardo Daniel Esteves Cerqueira (PS); João Paulo da Cunha Alves (PCP-PEV); Francisco Sousa Cruz (PPD/PSD); Perfeita Barreiro de Araújo Esteves (PS); José Augusto Amorim Oliveira (PS); José Pereira da Cunha (PPD/PSD); Manuel Joaquim da Costa Tinoco (PS); Maria Elisabete Freitas Ribeiro (PPD/PSD); Ivan Mata Moraes (PS); Cláudia Maria Fernandes Soares (PCP-PEV); Carlos Manuel de Sousa Barbosa (PS); Paulo Manuel Dantas Rosa (PPD/PSD); Iolanda Maria Cerqueira Pereira (PS); Baltasar de Castro Fernandes (PS); Isabel Maria Marques Nolasco da Silva Vaz (PS); João Barbosa Cerqueira (PS); Carlos Alberto Fernandes Pereira (PPD/PSD); Daniel Rodrigues Barbosa (PS); Maria Etelvina Lima Saraiva da Cunha Rocha Montenegro (PS); José João Gomes Gonçalves (PPD/PSD); Eduardo José de Oliveira Dias (PS); Manuel Lopes Fernandes (PS); António Soares Gonçalves Pereira (PS); Eugénio Octávio Gonçalves Pereira (PS); Celso Guerreiro Barbosa (PPD/PSD); Amândio Libério Meireles Pinto (PPD/PSD); Manuel Alfredo Barbosa Nogueira (PS); Amâncio Barbosa (PS); Anésio Pereira Barbosa (PPD/PSD); Joaquim Felgueiras Lopes (PS); Agostinho Lourenço Fernandes de Sá (PS); António Gonçalves Barbosa (PS); José de Sousa Amorim (PPD/PSD); Francisco Gonçalves Dias (PS); Maximiano Teixeira da Costa (PS). -----

-----Do Presidente da Câmara – António Pereira Júnior e dos Vereadores: José Augusto Viana de Sousa (PSD); Manuel Pinheiro Monteiro (PS); Alexandra Maria Barbosa de Marinheiro (PS) e Albano Rodrigues de Sousa (PSD). -----

-----Substituições: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Maria Eugénia Guedes Soares Sousa (PPD/PSD) foi substituída por Ana Maria Brandão Guerreiro Veiga.-----

-----Olimpio António Fernandes Caldas (PPD/PSD) foi substituído por Mário Fernandes da Cunha. - -

-----Moisés Barbosa Vaz Loureiro (PS) foi substituído por João Paulo Peres Alves, Secretário da Junta de Freguesia de Insalde.-----

----- O Presidente da Assembleia, verificando haver *quorum*, declarou aberta a sessão. -----

= PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA =

= ATA DA SESSÃO ANTERIOR =

-----Ponto n.º 1 – Leitura do expediente, bem como dos anúncios que o regimento impuser e discussão e votação da acta da sessão anterior; -----

-----A ata da sessão anterior, oportunamente distribuída e dispensada da sua leitura, depois de submetida à votação, foi aprovada, por maioria, com 38 votos a favor, sendo 23 do PS, 10 do PSD e 1 do PCP e 4 abstenções, sendo 2 do PS e 2 do PSD, por não terem estado presentes.-----

=APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES =

-----Ponto n.º 2 - Apresentação de assuntos relevantes para o município e à emissão de votos e moções.-----

-----Não houve emissão de votos e moções.-----

=INTERVENÇÕES POLITICAS DOS GRUPOS MUNICIPAIS =

-----Ponto n.º 3 – Intervenções políticas pelos grupos municipais: -----

-----Décio Guerreiro: Lamentou mais uma deposição de lamas de uma ETAR neste concelho. Declarou que, futuramente ser-lhe-ia um assunto indiferente, por ser o terceiro ano a preocupar-se com estas situações e o único a participá-lo às entidades competentes. Disse que não a testemunhou mas que dela fez participação à GNR, logo que tomou conhecimento. Que enviou para a Ministra do Ambiente todos os documentos que tinha recolhido de situações anteriores. Considerou vergonhoso o que se passa no País e que ninguém liga aos alertas que são feitos.-----

----- Disse, ainda, que sendo um assunto da responsabilidade das juntas, da Câmara e da GNR, que seria necessário que existisse uma estratégia conjunta destas entidades, de maneira a evitar que tais situações continuem a acontecer.-----



Handwritten signature

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Maximiano Costa:** Expôs um problema do mesmo tipo em Vascões. Deslocando-se ao local, onde eram feitas as descargas de lamas, ordenou que parassem. Após identificação do responsável da firma, transmitiu-lhe que não aceitava mais descargas de lamas em Vascões. Pelo mesmo foi informado que as descargas eram legais. Participou o facto ao técnico de ambiente da Câmara. Disse que até à data não voltaram a acontecer mais deposições de lamas.-----

-----**Joaquim Felgueiras Lopes:** Sublinhou os eventos ocorridos no concelho: Cortejo Etnográfico integrado nas Festa do Concelho, louvando as organizações – associações culturais e juntas de freguesia do concelho - pela qualidade e também pela quantidade e, ainda, a organização do Festival de Música, que também relevou.-----

-----**Décio Guerreiro.** Quanto à identificação das empresas que procederam à descarga das lamas, disse que a do presente ano era a mesma do ano anterior. Não eram portadores de qualquer documento para proceder às descargas, mas apenas para o transporte. -----

-----Disse já ter assistido a uma descarga em Monção, efectuada com autorização da Câmara e da Junta e com a presença de técnicos. Disse que as lamas eram secas, granuladas e praticamente sem cheiro. As descargas que têm sido feitas na Boalhosa e em Vascões são conforme ao estado em saem das ETARS, sem qualquer tratamento. E que isso é expressamente proibido. -----

-----**Maximiano Costa, Presidente da Junta de Vascões:** Em termos de âmbito territorial, disse que apenas podia impedir as descargas em Vascões. Nas restantes freguesias da área protegida, limítrofes à sua, não tinha autoridade para fazê-lo. Referiu não ter conhecimento algum da legalidade e do tratamento das descargas, por não ter verificado qualquer documentação que o provasse. -----

-----**Presidente da Câmara:** Manifestou a sua preocupação nesta matéria de deposições de lamas e pediu que alertassem a câmara, sempre que surgissem situações desta natureza, a fim de intervir no momento dos acontecimentos. -----

-----**Vereador Manuel Monteiro:** Disse ter conhecimento de deposição de lamas tratadas de ETAR em terrenos particulares, de acordo com informações do SEPNA, autorizadas por lei e a pedido dos proprietários dos terrenos. -----

-----Fez referência aos planos de gestão de lamas, aprovados pelos serviços competentes, nos termos do Decreto-lei nº 276/2009, cujas deposições podem ser efectuadas desde que identificadas nesses planos. -----

-----**João Cunha:** Defendeu que as lamas devem ser aproveitadas, desde que se verifique que não contêm materiais perigosos ou tóxicos para o ambiente, senão qual o fim a dar às produzidas no concelho, expressando que há falta de informação nesta matéria. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Disse que as descargas de lamas na área protegida deveriam de ser impedidas, mas que podem ser aplicadas em terrenos certificados. -----

-----Alertou para situações de descargas de esgotos diretamente para os rios e lamentou que sejam sempre os produtores de leite os acusados da responsabilidade na poluição do rio quando deveriam ser elogiados, pela única produção agrícola do concelho -----

-----**Carlos Barbosa:** Subscreeveu a importância relativamente a esta matéria e apelou à participação de todos no sentido de colaborarem com a Câmara, por entender que esta, tudo tem feito para resolver a situação mas, devido à extrema organização e dificuldade técnica que a matéria suscita é importante que todos colaborem para que dentro dos parâmetros legais se resolva. -----

-----Por fim, disse subscrever inteiramente todos os votos de congratulação às organizações das Festas do Concelho, do Cortejo Etnográfico e do Festival de Música, apresentados pelo Presidente da Junta de Freguesia de Paredes de Coura. -----

-----**Décio Guerreiro:** Falou da possibilidade de as lamas serem tratadas, dado que seria obrigação de cada concelho tratar as suas, mediante as taxas que são pagas pelos munícipes para o saneamento, todavia, disse acreditar que a remoção de lamas não seja adjudicada a firmas que não cumprem os procedimentos de tratamento exigidos na lei. -----

-----Que para o respetivo transporte há procedimentos específicos, bem como a indicação dos locais exatos das deposições, mas que nas situações ocorridas em Paredes de Coura, não se verificaram essas metodologias. -----

-----**João Paulo Alves:** Disse não haver elementos suficientes para esclarecer esta matéria, nem dados que provem o tratamento das lamas, revelando a discussão do assunto uma perda de tempo, pois, caso as lamas sejam tratadas e a legislação permita, não há muito a fazer. -----

-----Propôs que fosse reunido o máximo de documentação sobre este assunto.-----

ORDEM DO DIA =

= APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICIPIO =

-----**Ponto n.º 1 - Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município, bem como da sua situação financeira, nos termos da al. e) do art. 53º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro.** -----

-----**Presidente da Câmara:** Informou que da presente informação acerca das atividades do Município apenas constam obras participadas que ficarão concluídas no próximo ano. Que a Lei dos Compromissos impede que se avancem com outras. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Joaquim Felgueiras Lopes:** Por deliberação da Assembleia de Freguesia de Paredes de Coura, sugeriu que verificassem a situação das árvores da rua Bernardino António Gomes, por queixa apresentada pelos moradores, quanto ao porte. -----

-----Solicitou, ainda, que na Rua Frei António de Jesus fossem colocadas ornamentações, aquando da realização das festas do concelho, a pedido dos respectivos comerciantes, já que contribuem para a realização das festas tal como os outros. -----

-----**Carlos Barbosa:** Incumbido pela Assembleia de Freguesia de Castanheira, perguntou sobre o estado da limpeza do estaleiro da Zona Industrial de Castanheira. -----

-----**Maximiano Costa, Presidente da Junta de Vascões:** Propôs o arredondamento das guias de passeios, junto ao CEIA, por já terem provocado o rebentamento de pneus. -----

-----Solicitou que se intervencionasse na EN 301 à 303 até à entrada em Vascões, intransitável por falta de limpeza das bermas. -----

-----**Amâncio Barbosa, Presidente da Junta de Padornelo:** Lembrou que a freguesia de Padornelo ainda não havia sido contemplada com o cubo para pavimentação e lembrou a passadeira de peões que necessita de ser avivada. -----

-----**Eugénio Pereira Presidente da Junta de Formariz:** Solicitou, igualmente, a limpeza da Zona Industrial de Formariz. -----

-----**Presidente da Câmara:** Sobre as árvores da Rua Bernardino António Gomes, disse ter conhecimento de um abaixo-assinado para a substituição das árvores por espécies mais pequenas, por impedirem a visibilidade das janelas para a rua. Disse não concordar com este pedido e não era do seu agrado mandar cortar as árvores. -----

-----Sobre a limpeza da Zona Industrial de Castanheira, disse que, paulatinamente têm descarregado o estaleiro de acordo com os pedidos das juntas. -----

-----Sobre a colocação dos arcos das festas, que iria recomendar que fossem colocados também nessa rua. -----

-----Acerca da contribuição dos comerciantes para a realização das festas do concelho, disse que, atendendo ao contexto de crise, não foi efetuado qualquer peditório junto deles. -----

-----Disse, ainda, que iria verificar as restantes situações de Vascões, de Padornelo e da Zona Industrial de Formariz, no sentido de serem resolvidas. -----

= LANÇAMENTO DE DERRAMA =

-----**Ponto n.º 2 – Apreciação, discussão e votação de proposta para lançamento de uma derrama de 1,2% (sobre os rendimentos de IRC), e de uma taxa reduzida de 1%**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(para os sujeitos passivos com volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150 mil euros), nos termos do art.º 14º, da Lei 2/2007, de 15 de janeiro.-----

-----O Presidente da Câmara pediu para discutirem os pontos 2, 3 e 4 em conjunto, já que as motivações que levaram a fixar as presentes taxas são iguais. Que se mantêm os mesmos valores do ano anterior e que mereceram votações e declarações de voto idênticas.-----

-----Assim, as justificações são exatamente as mesmas, as receitas fazem falta à Câmara e sem elas seria mais complicado gerir os destinos do concelho.-----

-----Relativamente à derrama, disse ser um imposto lançado sobre os lucros das empresas, ou seja, sobre as empresas que geram lucros, informando que no ano de 2010 foi arrecadada a importância de cerca de trinta e dois mil euros, no ano de 2011 houve um aumento substancial tendo sido arrecadada a importância de cerca de 60 mil euros e no ano de 2012 e até à presente data a coleta é no valor de cinquenta e cinco mil euros.-----

-----No IRS irá manter-se a taxa de 3%. Quanto ao IMI, as taxas a aplicar são as mais baixas impostas pela Lei e em 2010 foi arrecadada a importância de cerca de trezentos e trinta e sete mil euros; em 2011 o valor de trezentos e cinquenta e nove mil e no corrente ano de 2012 está arrecadado o valor de duzentos e setenta e nove mil euros, faltando ainda uma *tranche*.-----

-----**Décio Guerreiro:** Disse, que a partir da análise dos três pontos, que a sua declaração de voto do ano anterior se aplica perfeitamente à situação do corrente ano. Todas estas medidas numa altura de crise e num momento em que o medo de investir se instalou era bom que todos procurassem encontrar soluções capazes de alterar este rumo. Seria oportuno não lançar a derrama de forma a cativar investimento para o concelho, num momento em que se fecham mais empresas do que as que se abrem. Persistiu ainda no desconto máximo no IRS.-----

-----Quanto ao IMI, referiu que se a avaliação total dos prédios urbanos ficar concluída até ao final do ano pode terminar com a injustiça.-----

-----Por fim, recomendou à bancada do PSD o voto contra nos pontos 2 e 3 e o voto favorável no ponto 4.-----

-----**Carlos Barbosa:** Louvou o executivo no sentido da manutenção das taxas já aplicadas no ano passado, mostrando haver solidariedade com os courenses. É a receita necessária e demonstra equidade e justiça fiscal. A derrama é lançada sobre o lucro tributável, ou seja, sobre os rendimentos das empresas com lucros.-----

-----Neste contexto, recomendou o voto favorável dos pontos 2, 3 e 4.-----

-----Autorizado a intervir pelo Presidente da Câmara, o **Vereador José Augusto Sousa** reforçou que a Câmara aprovou as taxas mínimas de IMI a aplicar, ao contrário das fixadas em anos anteriores. No entanto, preveniu que haverá um forte impacto no aumento das taxas, na sequência da reavaliação de prédios urbanos em curso, que tinham valores patrimoniais muito reduzidos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Presidente da Câmara:** Informou que a avaliação está a decorrer pelo Serviço de Finanças, prevendo-se que fique concluída até ao final do corrente ano, e corroborou o aumento da carga tributária em consequência da reavaliação dos prédios urbanos, confirmando ainda a fixação de taxas mínimas, por parte da Câmara, de forma a reduzir o impacto nos contribuintes proprietários dos imóveis.-----

-----Terminada a discussão, a mesa submeteu à votação os pontos 2, 3 e 4.-----

-----**A proposta para lançamento de uma derrama de 1,2% (sobre os rendimentos de IRC), e de uma taxa reduzida de 1% (para os sujeitos passivos com volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150 mil euros), nos termos do art.º 14º, da Lei 2/2007, de 15 de janeiro, submetida à votação foi aprovada, por maioria, com 27 votos a favor do PS, e 15 votos contra, sendo 13 do PSD (Décio Guerreiro; João Cunha; Francisco Cruz; José Cunha; Elisabete Ribeiro; Paulo Rosa; Ana Guerreiro; Mário Cunha; Carlos Pereira; João Gonçalves; Celso Barbosa; Amândio Pinto; José Amorim e 2 do PCP (João Paulo Alves e Cláudia Soares).**-----

= PARTICIPAÇÃO NO IRS =

-----**Ponto n.º 3 - Apreciação, discussão e votação de uma proposta de participação no IRS, de 3%, nos termos do art.º 20º, da Lei 2/2007, de 15 de janeiro.**-----

-----Este ponto foi aprovado, por maioria, com 27 votos a favor do PS, e 15 votos contra, sendo 13 do PSD (Décio Guerreiro; João Cunha; Francisco Cruz; José Cunha; Elisabete Ribeiro; Paulo Rosa; Ana Guerreiro; Mário Cunha; Carlos Pereira; João Gonçalves; Celso Barbosa; Amândio Pinto; José Amorim e 2 do PCP (João Paulo Alves e Cláudia Soares).-----

= IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS =

-----**Ponto n.º 4 - Apreciação, discussão e votação de uma proposta de fixação de taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis, de 0,70 % para os prédios urbanos e 0,30 % para os prédios já avaliados, nos termos do CIMI.**-----

-----Este ponto foi aprovado, por maioria, com 40 votos, sendo a favor do 27 do PS, 11 do PSD e 2 do PCP e 2 abstenções do PSD.-----

= PLANO DE LIQUIDAÇÃO DE PAGAMENTOS EM ATRASO =

-----**Ponto n.º 5 - Apreciação, discussão e votação do plano de liquidação de pagamentos em atraso a 21/02/2012, no que respeita à assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do estipulado na alínea c) do art.º 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O Presidente da Câmara informou que decorre da lei a execução do presente plano de liquidação dos pagamentos em atraso, relativo aos pagamentos em atraso em 31-03-2012, e que deverão ser autorizados pela Assembleia Municipal os pagamentos que geram encargos plurianuais.---

-----Avançou que se realizará uma sessão da Assembleia no dia 02/10/2012 para a contração de um empréstimo para a liquidação destes pagamentos em atraso. -----

-----**Décio Guerreiro:** Recomendou que se vote a favor o presente ponto, sendo preferível dever à banca do que dever às empresas, disse. -----

-----Questionou se o valor das obras adjudicadas e executadas aparece refletido o valor da dívida e questionou ainda se há obras antigas que estão executadas e não estão faturadas bem como as obras delegadas. -----

-----**Presidente da Câmara:** Disse que apenas estão a decorrer as obras participadas e com o compromisso do pagamento a noventa dias, de acordo com a Lei dos Compromissos. Que neste momento não há nenhuma obra, por obrigação da Câmara, que esteja a decorrer e que não esteja a ser paga. Que há obras suspensas pela falta de capacidade financeira para responder ao pagamento aos noventa dias impostos pela lei. Disse, também, que as obras executadas constam todas da presente listagem e que há obras delegadas que aguardam o pagamento. -----

-----Informou que as obras em dívida constam todas da listagem anexa ao presente plano de liquidação em discussão e que há obras delegadas nas juntas que ainda estão por pagar. -----

-----**O plano de liquidação de pagamentos em atraso a 21/02/2012, no que respeita à assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do estipulado na alínea c) do art.º 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, depois de submetido à votação foi aprovado, por maioria, com 40 votos, sendo a favor do 27 do PS, 11 do PSD e 2 do PCP e 2 abstenções do PSD.** -----

= LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS =

-----**Ponto nº 6 - Tomar conhecimento da listagem de compromissos plurianuais assumidos até 10/09/2012, no âmbito da autorização genérica da Assembleia Municipal de 26/06/2012, em cumprimento do estipulado na alínea c) do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro.** -----

-----**Presidente da Câmara:** Recordou que a presente listagem vem na sequência da autorização dada pela Assembleia Municipal na sessão ordinária de junho do ano corrente, em que os procedimentos que deem encargos em mais que um ano necessitam de autorização prévia da Assembleia Municipal. Neste contexto é apresentada a lista para conhecimento da Assembleia e para cumprimento da Lei dos Compromissos. -----



11
10

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

= REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA =

-----Ponto nº 7 - Emissão de pronúncia sobre a reorganização administrativa territorial autárquica, nos termos do art.º 11º da Lei nº 22/2012, de 30 de maio.-----

-----A Mesa suspendeu os trabalhos por dez minutos para reunião com os representantes dos Grupos Municipais. -----

-----Decorrido esse período, o Presidente da AM adiou a continuidade dos trabalhos para o período da tarde, com início às 14,00 horas. -----

-----Retomados os trabalhos, depois de verificado o *quorum*, interveio **Carlos Barbosa**, na qualidade de representante do Grupo Municipal do Partido Socialista, que apresentou o documento denominado de '*Pronúncia do Grupo Municipal sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica*' que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

-----**Décio Guerreiro**: Reportando-se ao assunto em discussão apelou para que a discussão da presente matéria não fosse um debate político, mas um debate onde tentassem encontrar o melhor para o concelho. Verificando as posições das assembleias de freguesia, da Câmara e da própria bancada do PSD, que se manifestaram contra a Lei nº 22/2012, apresentou uma moção a solicitar a sua revogação, que se anexa a esta ata como documento e dela fica a fazer parte integrante. -----

-----Relativamente à proposta de pronúncia sobre a reorganização administrativa do território das freguesias, disse que inicialmente pensava que seria conveniente mexer em todas as freguesias, porque estavam todas em igualdade de circunstâncias, porém, e após auscultação da população percebeu que será conveniente mexer o menos possível. Assim, apresenta a proposta de pronúncia que se anexa à presente ata como seu documento, e que através dela a Mesa da Assembleia possa elaborar um documento que no caso de a Lei ser aplicada seja uma decisão desta Assembleia Municipal e não da Unidade Técnica, que eventualmente determinará agregações que não irão agradar. Assim e para que o impacto seja menor, procuram agregar o menor número de freguesias possível. -----

-----**João Paulo Alves**: Disse que a aprovação da presente Lei deverá assentar numa prestação de melhor serviço às populações, respeitando, também, o património e identidade de cada freguesia. Considerou que para Paredes de Coura a redução será de vinte e cinco por cento das freguesias, mas caso a Assembleia Municipal aprove a pronúncia proposta pelo PSD a redução poderá ser de apenas quatro freguesias. Ora, se a Assembleia emitir um documento desfavorável à lei, em consequência será a Unidade Técnica, a traçar a régua e a esquadro, a redução. Aponta-se, ainda e em alternativa, a revogação da Lei ou a queda do Governo ou que haja novas eleições. Não sabem. Irão traçar o destino do concelho e espera que acabe por correr bem. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Criticou a proposta por não ter em conta o aspecto social nem o fator de proximidade dos eleitores com a junta, sendo evidente que em Paredes de Coura, essa proximidade existe, as pessoas confiam no presidente da junta para lhe tratar dos assuntos.-----

-----Considerou a pouca relevância económica da lei, por praticamente não reduzir a despesa e não ter impacto nenhum no orçamento de estado-----

-----Por fim, referiu que a reorganização é necessária, por a breve prazo haver muito a alterar no panorama das juntas. No entanto, como a lei deixou várias questões em aberto, designadamente o funcionamento das finanças das novas autarquias e da lei eleitoral, perante estas questões e para cumprir o dever de votar em consciência, esses aspectos deveriam ser esclarecidos. Assim, que votará contra e não apresenta nenhuma proposta.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Disse ter as posições definidas pelos representantes dos grupos municipais da Assembleia e que as submetia a discussão.-----

-----**Joaquim Felgueiras Lopes:** Deu a sua opinião, enquanto courense, presidente de junta e representante das instituições que representa ANAFRE a ANMP. Informou que na Assembleia e na Junta de Freguesia de Paredes de Coura, onde estão representados todos os partidos, a posição assumida, foi a de repudiar a lei.-----

-----Reportando-se à proposta de pronúncia apresentada por Décio Guerreiro, representante do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, questionou as distâncias entre a freguesia de Paredes de Coura, e os lugares mais recônditos das freguesias de Cristelo e Resende, pela dificuldade nas deslocações dos seus habitantes à eventual sede de junta para a resolução dos seus problemas. -----

-----Insistiu ainda que a Lei em discussão tira a identidade às freguesias e o poder reivindicativo às populações, razão pela qual a não pode aceitar e que votará contra qualquer proposta que venha no sentido de reorganização do concelho.-----

-----**Rosalina Martins:** Concordou com a necessidade de ajustamento no território já que a organização que vigora é do século passado. No entanto e antes de definir a reorganização administrativa é necessário avançar com a reforma da lei eleitoral, das finanças locais e das competência e atribuições.-----

-----Respeitando os pareceres apresentados pelas assembleias de freguesia, de não agregação entende que o Grupo Municipal do Partido Socialista não deve decidir a agregação de nenhuma freguesia.-----

-----**Maximiano Costa, Presidente da Junta de Vascões:** Tal como votado na assembleia de freguesia, disse manter a mesma posição por não considerar, na reorganização, nenhuma vantagem para Vascões.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Eduardo Dias, Presidente da Junta de Cristelo:** Relativamente à proposta de pronúncia apresentada pelo PSD que pressupõe a anexação da freguesia de Cristelo à Vila, além de manifestar o seu desagrado, contestou que a freguesia embora pequena em área não o é em eleitores. -----

-----**Amâncio Barbosa, Presidente da Junta de Padornelo:** Rejeitou qualquer agregação ou extensão da freguesia por não respeitar os seus interesses e ainda por não garantir qualquer ganho de eficácia ou de eficiência. Assim, pelos motivos enunciados bem como pela posição da assembleia de freguesia, disse pronunciar-se contra a Lei nº 22/2012.-----

-----**José Pereira da Cunha:** Disse fazer suas as palavras proferidas pelo membro Décio Guerreiro, observando que se tudo ficasse igual era ótimo, mas como não acredita na revogação da Lei nº 22/2012, entende que a proposta de pronúncia do PSD causaria um dano menor, ao reduzir apenas quatro freguesias. No entanto, disse que a reorganização administrativa era necessária.-----

-----Imputou ao Partido Socialista a responsabilidade pela redução das autarquias aquando da assinatura do memorado com a "troika".-----

-----**Eugénio Pereira, Presidente da Junta de Formariz:** Considerou uma perda de tempo e falta de nexos a discussão de uma lei que não é explícita. -----

-----**Paulo Rosas** – Expressou a vontade de não se pronunciarem por falta de elementos, que inviabiliza uma decisão com consciência, sendo nesse sentido que pedem a revogação da lei. Porém, a falta de pronúncia, por parte da Assembleia Municipal, não poderá ser motivo de reclamação, caso haja imposição de reorganização das freguesias pela Unidade Técnica. -----

-----**Elisabete Ribeiro:** Disse concordar com a posição assumida por Paulo Rosas. Recordou que em Assembleia de Freguesia repudiaram a Lei, contudo, caso a Lei vá avante não gostaria que fosse a Unidade Técnica a decidir sobre a agregação das freguesias de Paredes de Coura.-----

-----**Iolanda Pereira:** Manifestou repúdio contra a Lei nº 22/2012 e considerou que qualquer proposta de pronúncia que se apresente é mostrar concordância com a Lei. Lembrando as deliberações das assembleias de freguesia do concelho e a opinião da maioria dos membros da Assembleia Municipal, consideradas incompatíveis com qualquer possibilidade de agregação, entende que deverá votar contra qualquer proposta de pronúncia.-----

-----**Carlos Barbosa:** Manifestou-se contra a proposta de pronúncia do Partido Social Democrata. Que à Lei da reorganização administrativa territorial autárquica falta a lei eleitoral, a lei das finanças locais e a lei-quadro de competências e atribuições. Disse respeitar as deliberações das Assembleias



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Freguesia e estar pela manutenção da atual circunscrição administrativa. Pronunciou que quem não estiver contra a lei, está contra os Courenses. -----

-----**Décio Guerreiro:** Sublinhou já não ser o momento para discutir a Lei. Já nas sessões anteriores sugeriu que a discutissem e dessem parecer sobre ela. Que seria esse o momento para a repudiar. Discordou da expressão 'que quem é a favor da lei está contra os courenses', dizendo que ninguém é a favor da lei e que esta assembleia não foi convocada para decidirem quem é a favor ou contra a Lei, mas para apresentarem a melhor solução sobre a reforma administrativa, constatando que nenhuma assembleia de freguesia deu opinião sobre a reforma administrativa.-----

-----Referiu ter o cuidado de intervir no momento em que foi solicitado às assembleias de freguesia o parecer que esse não era o caminho mais correto. E as pronúncias devem ser, não sobre a lei mas sobre a reforma. -----

-----Quanto à Lei nº 22/2012, apresenta uma moção para votar a sua revogação. Mas que deviam ter avançado com a moção antes de a lei ser aprovada. Presentemente foram convocados para debater a reforma administrativa, havendo duas situações – uma proposta de não pronúncia e uma proposta de pronúncia. -----

-----Por fim invocou o voto secreto, referindo que a bancada do PSD tem liberdade de voto para votar em consciência. -----

-----Contrapôs ainda, relativamente à intervenção do Presidente da Junta de Paredes de Coura quando se referiu aos inconvenientes provocados pela distância dos lugares das freguesias agregadas, que poderá ser a junta a ir ao encontro das pessoas.-----

-----**António Soares Pereira, Presidente da Junta de Ferreira:** Confirmou a sua posição de acordo com a deliberação da Assembleia de Freguesia e manifestou-se contra qualquer pressuposto de agregação da freguesia.-----

-----**Rosalina Martins:** Rebatendo as palavras de Décio Guerreiro, referiu que a Lei não era do Partido Socialista mas que, ainda no Governo do Eng.º Guterres, havia a intenção de debater um pacote que incluía a reorganização administrativa, finanças locais e lei eleitoral, que à época visava a criação dos executivos monocolores. Referiu não ter dito que a lei não ia ser aplicada e ainda que quem a sufragou na Assembleia da República foi o PSD e o CDS com os votos contra do PS, do BE e da CDU. -----

-----Quanto a votar a lei antes de ser aprovada, questionou se se desconhece a lei, como podiam votar contra ela. Considerou haver aqui uma contradição. -----

-----Disse que o que defendem tem a ver com as decisões das assembleias de freguesia.

-----Referiu, ainda, que o Partido Socialista não tem medo da decisão que possa vir da Unidade Técnica, que funciona junto da Assembleia da República, sendo um órgão democrático e que haverá sempre formas de se fazerem ouvir, de pedirem uma audiência, de expressar a sua posição face a



Handwritten signature

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

qualquer decisão que venha a tomar. Para isso há uma comissão do poder local para receber os eleitores.-----

-----Manifestou a sua concordância com a reorganização administrativa, mas, juntamente com a lei finanças locais, a lei eleitoral e ouvida a população, não à socapa e a pedir às assembleias de freguesia que se pronunciem por uma coisa que eventualmente nem conhecem muito bem.-----

-----Por fim, afirmou não se poder votar contra uma lei e depois apresentar uma proposta que vai ao encontro dessa mesma Lei. -----

-----**Joaquim Felgueiras Lopes, Presidente da Junta de Paredes de Coura:** Sobre a aproximação dos autarcas aos munícipes, declarou a sua inteira disponibilidade para com os munícipes, lembrando situações de se ter levantado de madrugada para a entrega de documentos.-----

-----Reiterou a sua posição de ser contra a lei e referiu que quando foram eleitos não constava do programa eleitoral a extinção de nenhuma freguesia. -----

-----**Décio Guerreiro:** Disse que o Partido Socialista era responsável pelo princípio da lei, quando assinou o memorando com a *troika* que previa a extinção de autarquias -----

-----Disse que não podiam votar contra a lei sem ela existir, mas que podiam votar contra a proposta quando a discutiram. Que numa das assembleias sugeriu um debate sobre ela e que se pronunciassem com uma proposta de lei. Que quando começou a discussão deste o que estava em causa era agregarem cinquenta por cento das freguesias, ou seja, todas as que tivessem menos de quinhentos eleitores e que entretanto já evoluiu só para vinte e cinco, percentagem que se mantêm por imposição da *troika*, acordado no memorando. -----

-----**João Paulo Alves:** Alertou para a necessidade de se decidirem favorável ou desfavoravelmente e lamentou que a votação não fosse secreta, acreditando que a votação seria diferente. -----

-----**Décio Guerreiro:** Responsabilizou a Câmara Municipal e o Partido Socialista por colocarem nas assembleias de freguesia do PSD a primeira decisão desta matéria. Deviam fazer um amplo debate, com as freguesias, tê-las esclarecido e pô-las a decidir depois, disse. As freguesias do PSD também são contra a Lei. Que a iniciativa nesta matéria devia ter partido dos membros da Assembleia Municipal, porque foi para isso, que foram eleitos. Não deviam ficar à espera que fossem as assembleias de freguesia a decidir. -----

-----Fez referência à informação da CCDRN, de que a iniciativa devia de partir da Câmara Municipal-

-----**Presidente da Câmara:** Sublinhou a competência da Câmara na apresentação de um parecer sobre a reorganização e remetê-lo à Assembleia, tendo expressado a sua opinião nesse parecer.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Disse já ter, antes, transmitido a sua apreciação sobre a reorganização administrativa e de muitas vezes ter-se retraído para não influenciar na opinião de terceiros. -----

-----Salientou a necessidade, para a discussão da reorganização, o complemento da lei eleitoral das finanças locais e da lei das competências das freguesias e que foi sempre na expectativa de que se a lei eleitoral saísse, seria mais um instrumento que daria resposta a muitas dúvidas. -----

-----Fez ainda analogia à CIM, composta pelos concelhos do alto Minho e que funciona como uma comunidade de âmbito territorial e visa a realização de interesse comuns aos concelhos. -----

-----Nestes termos disse não deverem colaborar com uma lei para a qual se têm manifestado contra, por medo, acreditando que a mesma seja revogada. Disse ainda que devem ter a coragem de defender o concelho até ao fim. -----

-----**Presidente da Assembleia:** Evidenciou que a Mesa da Assembleia tem a responsabilidade de conduzir os trabalhos tendo em conta os pareceres da Câmara e das assembleias de freguesia. -----

-----Que a assembleia pode decidir de acordo com os parâmetros definidos pela lei ou de acordo com a lei ter ausência de pronúncia e como esta Mesa tem que trabalhar na base desta lei. -----

-----Quanto ao voto secreto, a decisão passível de recurso para o plenário, embora entenda que a votação seja de 'braço no ar'. -----

-----**Foi submetido à votação o pedido de votação por 'voto secreto' tendo sido rejeitado com os votos contra de 26 membros do PS e 1 do PCP e 2 abstenções sendo 1 do PS e 1 do PDS.-----**

-----**Presidente da Assembleia:** Assim e porque não compete à mesa a decisão, submeteu à votação as propostas apresentadas: -----

-----**Neste ponto foi aprovada, por unanimidade, uma moção a solicitar a revogação da Lei nº 22/2012. -----**

-----**A proposta apresentada pelo Partido Socialista foi submetida a votação e foi aprovada por maioria com 31 votos a favor, sendo 27 do PS, 2 do PSD e 2 do PCP; 7 votos contra do PSD (Décio Guerreiro; João Cunha; Francisco Cruz; Anésio Barbosa; Carlos Pereira; João Gonçalves; José Amorim) e 5 abstenções do PSD. -----**

-----Décio Guerreiro disse votar contra a proposta apresentada pelo Partido Socialista e submetida uma vez que a considera um documento de 'não pronúncia', analisada à luz da Lei nº 22/2012.-----

-----**A proposta apresentada pelo Partido Social Democrata foi rejeitada com 27 votos contra, sendo 26 do PS (José Augusto Pacheco; Rosalina Martins; Luísa Castro; Eduardo Cerqueira; Perfeita Esteves; José Amorim Oliveira; Manuel Tinoco; Elisabete Ribeiro; Ivan Moraes; Carlos Barbosa; Iolanda Pereira; Baltasar Fernandes; Isabel Nolasco; João Cerqueira; Daniel Barbosa; Eduardo Dias; Manuel Fernandes; António Soares Pereira; Eugénio Pereira; Manuel Alfredo Nogueira; Amâncio Barbosa; Joaquim Lopes; Agostinho Sá; António Gonçalves Barbosa; Francisco Dias; Maximiano Costa) e 1 do PCP (Cláudia Soares), 14 votos a favor, sendo 13 do PS e 1 do PCP e duas abstenções, sendo 1 do PSD e 1 PS.-----**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= INTERVENÇÃO DO PÚBLICO =

-----Não houve intervenções. -----

= ENCERRAMENTO =

-----E nada mais havendo mais a tratar foi encerrada a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo que de tudo, para constar se lavrou a presente acta que depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Presidente e pela Secretária. -----

